A FAVELA AINDA NÃO VENCEU, MAS CONTINUA LUTANDO. MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADORES DE FAVELA NO RIO DE JANEIRO

THE FAVELA HAS NOT WON, BUT STILL FIGHTING. SOCIAL MOVEMENTS OF SLUM DWELLERS IN RIO DE JANEIRO

Sydenham Lourenço Neto[1]
Ana Cristina de Mello Pimentel Lourenço[2]

Resumo: Este texto tem como objetivo destacar e analisar os novos movimentos sociais dos moradores de favelas do Rio de Janeiro e sua atuação recente na disputa pelo espaço urbano. Também é nosso objetivo discutir como esses novos movimentos vem sendo situados na tradição dos trabalhos sobre o tema e propor novas abordagens.
Palavras-chave ação coletiva, moradia popular, remoção.

Abstract: This text aims to highlight and analyze the new social movements of slum dwellers in Rio de Janeiro and its recent performance in the competition for urban space. It is our aim to discuss how these new movements has been presented in the sociological tradition of work about the theme and proposes new approaches.
Keywords: collective action, slum dwellers, eviction.

Há mais de um século que as favelas fazem parte da cena urbana da cidade do Rio de Janeiro, provocando as impressões mais diversas sobre a sua existência. O fato é que entre as camadas mais letradas da sociedade, estas ocupações do espaço urbano vem sendo tratadas como problema desde os primeiros tempos de sua existência (Valladares, 2000; Zaluar & Alvito, 2006). A literatura sobre favelas, produzida por jornalistas, cronistas, engenheiros, médicos, arquitetos, administradores públicos e assistentes sociais desde a primeira metade do século XX já demonstrava uma imagem negativa que se tornou comum para referir-

[1] Sydenham Lourenço Neto é Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas da UERJ, Doutor em Ciências Sociais pelo Iuperj e recentemente publicou. Imigrantes Judeus no Brasil, marcos políticos de identidade.. In.: *Locus* (Juiz de Fora), v. 14, p. 223-237, 2008. Endereço de e-mail: slneto@hotmail.com
[2] Ana Cristina de Mello Pimentel Lourenço é mestre em Sociologia e Direito pela UFF e doutoranda em Ciências Sociais pela UERJ. Endereço de e-mail: anacmpimentel@yahoo.com.br

se àquele universo perceptível na paisagem carioca, na qual esta era vista como uma realidade patológica que deveria ser eliminada. Essa literatura registrava oficialmente a favela como área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgoto, sem água, sem luz, ou seja, um espaço de ausência, de carência e que guardava em seu interior um perigo constante para a sociedade, uma vez que era habitada por "vagabundos", "malandros", "gente perigosa", um refúgio para criminosos e desertores (Zaluar & Alvito, 2006).

Não só o espaço da favela foi estigmatizado, mas também seus moradores. A atuação dos favelados como atores políticos têm uma história marcada pela participação de grupos e entidades externos ao ambiente dos moradores que muitas vezes tentaram atrelar as demandas dos mesmos aos mais variados projetos políticos. Por sua vez, com algumas exceções que merecem destaque a literatura que trata dos movimentos sociais dos favelados muitas vezes avalia a ação coletiva desses atores a partir de pressupostos que lhes são externos. Algumas demandas são consideradas localistas demais e, portanto, despolitizadas, as associações de moradores são retratadas como entidades que buscam melhorias pontuais e quando as obtêm contribuem para a desmobilização dos moradores, quando não são acossadas de estarem a serviço da criminalidade.

A questão da violência, inclusive, tem centralizado bastante os estudos recentes sobre as favelas do Rio de Janeiro. Seus moradores são apresentados como vivendo uma cidadania restrita, uma sociabilidade pervertida, que entre outras conseqüências reduz a possibilidade da mobilização política. Paralelamente, contudo, pelo menos em termos numéricos, dos anos 90 até hoje assistimos o aparecimento de uma profusão de entidades e movimentos ligados à causa dos moradores de favelas. Mas, isso também tem sido apontado como um sintoma de fragmentação.

Resumindo, seja pela influência da criminalidade, seja pelo fato de que suas demandas locais vêm sendo atendidas pelo poder público, seja pelo fato de que sua atual organização política é muito fragmentada e descentralizada, os moradores das favelas não têm obtido expressivas vitórias políticas nos últimos anos na disputa pelo espaço urbano que ainda ocorre no Rio de Janeiro.

O objetivo desse texto é, em primeiro lugar, fazer uma revisão da literatura mais recente sobre as favelas do Rio de Janeiro e a questão dos movimentos sociais ligados aos moradores de favelas, em segundo lugar, chamar atenção para o fato de que a despeito da caracterização negativa que rapidamente apresentamos acima, os moradores de favelas continuam sua luta política pelo espaço urbano, e têm obtido algumas significativas vitórias nos últimos anos, justamente quando a cidade do Rio de Janeiro voltou a ser alvo de grandes intervenções públicas no seu espaço e de uma forte especulação imobiliária.

Mas, para entender essas vitórias é preciso considerar que a luta muitas vezes se dá em campos não tradicionais. Como, por exemplo, na luta pela afirmação da identidade dos moradores de favelas e contra a estigmatização que ainda os atinge.

Nossa hipótese principal é que a cidade do Rio de Janeiro constitui um campo de forças em disputa pelo espaço urbano, no qual atua uma pluralidade de movimentos sociais em defesa de espaços populares de habitação, mas que, em determinadas circunstâncias, quando encontram um ponto de unidade, se conectam formando uma rede de movimentos. Consideramos que esses movimentos existem e são atuantes, mas se reconfiguram continuamente por meio das ações de seus integrantes que se adequam aos desafios produzidos pela disputa pelo espaço urbano. Sua aparente fragmentação é fruto de uma diversidade existente entre eles, mas, que ocasionalmente é afastada por ações em rede. Buscaremos demonstrar que nesta diversidade, que pode ser interpretada momentaneamente como fraqueza, desvantagem, pode estar a força do movimento, uma vez que possibilita o enfrentamento em várias frentes de luta, aumentando a possibilidades de êxito da mobilização.

Na medida em que o poder público e mesmo a justiça tem atuado de forma localista e pontual também os movimentos se articulam em torno de demandas locais sem perder de vista uma luta mais geral em defesa da moradia, com diversas nuances, entre elas, a aceitação das favelas como espaço legítimo de moradia.

1. Uma velha temática, novos movimentos, novas abordagens

Desde o século XIX, a produção do conhecimento sobre a pobreza urbana tinha uma finalidade: "conhecer para denunciar e intervir, conhecer para propor soluções, para melhor administrar e gerir a pobreza e seus personagens: a ciência a serviço da racionalidade e da ordem urbana, da saúde, do país e de sua população. A essa época, a ação desses profissionais voltava-se principalmente para os cortiços, que eram considerados o *locus* da pobreza urbana, pois ali residiam, além de trabalhadores, uma grande quantidade de pessoas caracterizadas como "vadios" e "malandros". Aos poucos, esse *locus* da pobreza foi sendo transferido dos cortiços para as favelas, para onde se voltavam os olhares dos intelectuais da época. Destacava-se aí o discurso médico-higienista, para o qual o poder municipal deveria intervir para solucionar o "problema" das habitações anti-higiênicas (Valladares, 2000, p.7).

Somando-se a esse pensamento higienizador da cidade, surge na década de 20 uma nova concepção de cidade: o urbanismo. O discurso urbanista visava uma cidade remodelada, embelezada e, para isso planejada. Tal discurso era encampado por médicos e engenheiros que já exerciam um importante papel na política municipal, e que, portadores de uma concepção positivista de ciência, iam além das preocupações de ordem técnica, buscando soluções também para os problemas de ordem social. Assim, a medicina e a engenharia problematizaram a favela, caracterizando-a como doença, moléstia contagiosa, patologia social, que precisava ser combatida a partir de intervenções na cidade para "corrigir" as deficiências do corpo urbano.

O código de obras de 1937 proibia a realização de melhorias urbanas nas favelas, legando a essas comunidades um *status* de clandestinidade. O código inova, oferecendo uma definição oficial do que poderia ser considerado favela[3], criando normas com a finalidade de impedir o crescimento das que já existiam, e também para não permitir o surgimento de outras. Trazia, assim, características que pudessem propiciar um reconhecimento oficial desses conglomerados,

[3] "Conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as diposições deste decreto." Art. 349 do Código de Obras de 1937 (Valladares, 2000:19).

tranformando-os num problema a ser administrado (Valladares, 2000). Entretanto, a lei não impediu que nos anos 40 as favelas acelerassem seu crescimento, apesar da situação de ilegalidade.

O final dos anos 40 e a década seguinte vão assistir ao surgimento e desenvolvimento de iniciativas que tentam defender o espaço da moradia popular, lutando por melhorias nessas localidades, como saneamento e eletrificação. Temos a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), ligada ao PCB, e o movimento ligado à Igreja Católica, especialmente a Dom Hélder Câmara, responsável pela criação da Cruzada São Sebastião, no Leblon. Com este mesmo intuito foi criada a Fundação Leão XIII, em 1947, por sugestão do Arcebispo do Rio de Janeiro D. Jaime de Barros Câmara. Sua finalidade era "dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro". Algumas das lideranças católicas consideravam que era necessário atuar junto a esse segmento da população justamente para não deixar um espaço vazio que poderia ser ocupado pelos comunistas (VALLA, 1985).

Não foi apenas a Igreja, contudo, que percebeu a importância política dessas comunidades. Na década de 50 o poder público passou a atuar mais diretamente junto a elas, com a criação do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha), que, pela falta de recursos, atuou principalmente apoiando as iniciativas da Fundação Leão XIII e da Cruzada de São Sebastião (PANDOLFI & GRYNSZPAN 2002, p. 243).

Com a chegada de Carlos Lacerda ao governo da Guanabara, a atuação da Serfha se ampliou, 75 associações de moradores foram criadas, contudo se estabeleceu uma forte contradição entre essas associações e a política urbana implementada pelo mesmo governo. O governo de Lacerda estabeleceu um programa de remoções na cidade do Rio de Janeiro, como jamais visto antes, responsável pela criação de conjuntos habitacionais como Vila Kennedy e Cidade de Deus, para onde foram os moradores removidos. Várias associações ligadas aos moradores das favelas, mesmo algumas criadas com incentivo do governo, se colocaram em oposição a essa política (PANDOLFI & GRYNSZPAN 2002, p. 243).

Em 1963 foi criada a Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) cujos principais objetivos eram lutar por saneamento nas favelas e contra a política de remoções. O golpe

de 1964 dificultou muito a atuação política da Fafeg, que chegou a sofrer uma intervenção direta depois do Ato Institucional n. 5.

Com os movimentos dos moradores de favelas desmobilizados o regime militar e os prefeitos nomeados pelo regime puderam mais facilmente implementar a política habitacional que defendiam. Baseada em grandes remoções e na construção de grandes conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) para abrigar essas populações. Entre 1968 e 1975 mais de sessenta favelas foram destruídas e cerca de 100.000 pessoas foram removidas (BURGOS, 2006, p.38).

Neste período, associações de moradores estiveram sob intervenção e lideranças foram torturadas e assassinadas. Mesmo assim a Fafeg não desapareceu completamente e em 1973 realizou um congresso que objetivava principalmente defender a urbanização das favelas e se opor às remoções (BURGOS, 2006, p.37). Sob vários aspectos a política habitacional do regime militar foi um grande fracasso, seu impacto geral sobre o número de favelados foi mínimo e muitos removidos para os condomínios do BNH acabaram retornando para as favelas (VALADARES, 1978).

Com a abertura política, o movimento dos moradores de favela voltou a atuar de forma mais autônoma e sistemática. A Fafeg, já rebatizada de Faferj (Federação das Associações das Favelas do Rio de Janeiro) se reorganizou em 1979 (PANDOLFI & GRYNSZPAN, 2002, p. 246).

É também nesse momento que a Igreja católica novamente se aproxima dos moradores de favelas, mas em bases bem diferentes daquelas dos anos 40 e 50, com a criação da Pastoral de Favelas. Esta instituição, desde a sua criação, vem atuando em defesa da fixação de favelas e "comunidades pobres" no local onde surgiram. Seu marco de fundação foi a atuação contra a remoção da favela do Vidigal situada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, em 1977. Sob a alegação de estarem em área de risco, os moradores seriam removidos para um conjunto habitacional localizado a 30 km do local, em Santa Cruz. Entretanto, no dia marcado para a remoção, os advogados da pastoral conseguiram uma liminar impedindo que ela acontecesse (BRUM, 2005).

Em documento da Arquidiocese do Rio de Janeiro intitulado "Moradia do Pobre do Rio de Janeiro", de 1979, relata-se a ação da Pastoral de Favelas em "atividades de apoio e defesa dos moradores de habitações pobres". A pastoral oferecia assistência jurídica de modo a

auxiliar os moradores que estivessem sendo ameaçados de perder sua moradia e, paralelamente, também auxiliava as comunidades na criação ou reorganização das suas associações, atuando muitas vezes como apoio à Faferj (LOURENÇO, 2008).

O governo Brizola (1982-1986) marca uma mudança de atitude do poder público em relação às favelas. São criados conselhos na esfera do governo com participação de moradores das comunidades e vários programas são lançados como o "Cada Família um Lote", visando regularizar a posse dos terrenos e permitir melhorias nas habitações e o Programa de Favelas da Cedae (Proface) (PANDOLFI & GRYNSZPAN, 2002, p. 249). Obras públicas foram feitas nas favelas e muitas delas contando com uma mão-de-obra selecionada nas próprias comunidades sob supervisão das associações de moradores.[4]

Foi o auge da força política das associações de moradores, tanto que no âmbito da Pastoral de Favelas chegaram a discutir se o trabalho da entidade ainda era necessário, já que as associações estavam tendo acesso direto ao poder público (BRUM, 2005).

Nos anos 90 as maiores ações do poder público com relação as favelas: foram a aprovação do plano diretor, em 1992, durante o governo de Marcelo Alencar e o programa Favela-Bairro, lançado pelo prefeito César Maia. Em ambas as iniciativas parece ter prevalecido uma relativa colaboração entre o Estado e os representantes dos moradores de favelas, embora, a decisão com relação as quais comunidades deveriam ser atendidas pelo Favela-Bairro tenha criado alguma rivalidade entre lideranças locais (SILVA, 2002).

Também nos anos 90 ocorre uma explosão de Organizações Não-Governamentais que atuam junto aos moradores de favelas. O quadro geral é de uma quantidade enorme de iniciativas que ora competem, ora colaboram com as associações de moradores criando uma situação que parte da literatura chamada de fragmentada (Silva, 2002). Somando-se a este quadro, reforça-se o argumento da desmobilização dos movimentos de moradores de favelas pelo fato de muitas lideranças locais acabarem obtendo empregos junto ao poder público, sendo, portanto, "cooptados" (CARVALHO, 2003, p. 9).

[4] Depoimento de José Martins ao CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2000,

Mas, foi naquele momento em que teoricamente os movimentos sociais dos moradores de favela estavam perdendo a força, foi, então que a literatura ousou celebrar a "vitória da favela". Para José Murilo de Carvalho, o sucesso das favelas em obterem políticas urbanas favoráveis por parte do poder público pode em parte explicar essa desmobilização (CARVALHO, 2003, p.). Mas, é no livro organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito, publicado em 1998 que encontramos mais claramente a concepção de que a favela venceu (ZALUAR & ALVITO, 2006, p. 21). Parte considerável dos seus moradores tem acesso ao ensino, suas manifestações culturais são bem recebidas em toda a cidade, e principalmente "ninguém mais fala em remoção".

Fica a sugestão de que a concepção defendida pioneiramente por Janice Perlman (1972, cap.6), de que a favela não é o mundo da desordem, não é periferia, não é marginal, ao contrário, ela está integrada à cidade na sua vida econômica, política e cultural, finalmente prevaleceu para o restante da sociedade. Hoje o maior obstáculo para uma vitória completa não seria o poder público, nem o restante da sociedade, os do asfalto, mas sim o tráfico. Não por acaso a mesma literatura quando fala na atual fraqueza dos movimentos sociais dos moradores de favela, responsabiliza o tráfico e mais recentemente as milícias.

Mas, essa concepção não é consensual entre os pesquisadores. Segundo Luiz Antônio Machado da Silva, a favela é apenas tolerada e seus moradores continuam usufruindo de uma cidadania subalterna. Como explicação alternativa, o autor apresenta a idéia de "controle negociado", isto é, os moradores das favelas têm voz junto às autoridades, mas a preocupação principal das mesmas seria controlar as favelas, evitando sua expansão horizontal e vertical, assim como os efeitos negativos, para a vizinhança, das mesmas, como a violência. O mesmo autor considera que os movimentos sociais dos moradores de favela aceitaram esse tipo de lógica, do "controle negociado" e nessas condições "os favelados mobilizados não deixam de ser uma força social em ação na cena pública, mas sua capacidade de transformação da conjuntura é muito limitada e, uma vez mais, eles não fazem mais que se adaptar a ela" (SILVA, 2002, p. 233).

Concordamos com o primeiro diagnóstico, mas não completamente com o segundo. Se a época das grandes remoções foi superada, vivemos atualmente a época das pequenas remoções localizadas,

dos planos de urbanização que muitas vezes não levam em conta as demandas dos moradores e ameaçam sua forma de sociabilidade, e de ameaças de desapropriação feitas através da justiça.

Por outro lado, o estigma da favela continua. Na esfera pública podemos assistir uma disputa onde até mesmo a remoção é proposta como solução, e a favela ainda é apresentada como uma não-cidade, uma região dominada pela precariedade e pela violência, a própria idéia de que o morador da favela é necessariamente um cidadão de segunda classe, subalterno, reverbera essa concepção de precariedade. A favela, se não pode ser removida, deve ao menos ser controlada, sua expansão deve ser limitada.

Por outro lado, os movimentos sociais ligados aos moradores de favela não desapareceram, nem foram completamente subsumidos pela lógica do controle negociado, eles mudaram, se adaptaram a novas problemáticas. Parte fundamental de sua atividade é lutar pelo reconhecimento da favela como parte integrante da cidade, como um lugar onde moram cidadãos plenos de direitos, e que têm formas de sociabilidade que devem ser respeitadas.

Mas, a luta desses movimentos não se restringe ao campo do discurso. Se hoje as grandes e antigas favelas parecem não sofrer ameaça, outras favelas ainda enfrentam tentativas de remoção e/ou de aplicação de políticas que não contam com o apoio dos moradores. São em geral ações localizadas e circunstanciais, mas que ecoam a concepção de que a favela é a não cidade. Da mesma forma o movimento social, ou melhor dizendo, os movimentos sociais criaram formas de responder a essas políticas agindo localmente e conforme as circunstâncias. Eles demonstram uma grande plasticidade e forma de atuação em rede que tem gerado algumas vitórias importantes para os moradores das favelas, como, por exemplo, impedir a remoção da favela do Canal do Anil (LOURENÇO, 2008).

Alguns movimentos que atuam junto aos favelados parecem ter muito claro que ainda existe uma disputa pela cidade, como podemos ver no jornal publicado pela pastoral de favelas, O Favelão: "A partir do ano 2000, a especulação imobiliária em algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro cresceu bastante e, em nome desta, nossas comunidades sofreram e continuam sofrendo risco de remoção. Áreas como Baixada de Jacarepaguá, Maciço da Tijuco e Horto são as mais ameaçadas"(O

Favelão, Ano IV, N. 14, Set. 2007, p. 2). O mesmo jornal explica que vários movimentos sentiram a necessidade de unir forças para lutar pelos direitos dos favelados o que levou à criação, em 2007, do Conselho Popular.

Um caso de ação em rede fora vivenciado na luta contra a remoção de moradias numa localidade chamada Canal do Anil, em Jacarepaguá, Município do Rio de Janeiro. Tal luta fora protagonizada por uma rede que reunia moradores e entidades que buscavam empreender ações diferenciadas com o intuito de impedir a remoção. Uma das principais entidades envolvidas era o Conselho Popular, grupo que se reunia nas dependências da Pastoral de Favelas.

O Conselho Popular agregava pessoas ligadas a grupos e instituições variadas, sob a finalidade de garantir o acesso à terra urbana e à moradia a qual possuíam de forma legalmente precária, sem a segurança que o título de propriedade confere. Um panfleto informativo sobre o Conselho, deixou registrado os objetivos que norteavam suas ações: "promover e incentivar articulações de apoio às lutas e resistências de interesse coletivo das comunidades; estimular o reconhecimento da história de cada comunidade como fortalecimento das demandas locais; promover encontros, debates e manter sempre a discussão em torno das questões relativas ao direito à terra, moradia e saneamento ambiental e outros interesses populares referente ao direito à moradia em solo urbano e sua utilização social."

O mesmo panfleto dizia que este fora criado com o propósito de "resgatar a cidadania do trabalhador, estimulando a sua participação nas resoluções de interesse desta categoria". Entre os objetivos estabelecidos estava a "luta pelo direito a posse da terra, pelo direito a moradia digna e pelo saneamento ambiental, e pelo respeito aos direitos humanos". Para atingir esta finalidade, seus integrantes dedicavam-se à prática de ações capazes de promover e incentivar articulações de apoio às lutas das comunidades que tivessem seus direitos ameaçados (LOURENÇO, 2008, cap. 2).

O Conselho Popular era composto pelos conselheiros "presentantes" e pelas câmaras de apoio. A idéia de "presentação" tinha o sentido de fazer com que o conselheiro eleito fosse a própria "presença" da comunidade no conselho e não um intermediário de seus interesses os quais poderiam ser desvirtuados. Para escolhê-los existia

uma divisão da cidade em zonas. A assembléia geral de cada zona deveria eleger dois "conselheiros presentantes" para o Conselho Popular, que deveriam mantê-lo atualizado quanto aos fatos, anseios e desejos dos habitantes daquela zona. As zonais seguiam as divisões feitas pela Pastoral das Favelas e pela FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro), em número de oito, originando, assim, dezesseis presentantes.

O Conselho se reunia semanalmente, intercalando uma reunião aberta e uma reunião fechada. A reunião aberta tinha a presença das câmaras de apoio e de pessoas da comunidade em geral e a outra reunião era fechada, somente com os presentantes.

As câmaras de apoio tinham direito à voz, mas não a voto, ou seja, discutiam as questões emergentes, davam apoio institucional, apresentavam sugestões, faziam avaliações, mas não tinham poder decisório, que cabia aos presentantes. Existiam três câmaras de apoio: Câmara Técnico-Política; Câmara de Apoio Institucional, formada por integrantes das seguintes instituições: Ministério Público Estadual da Área de Direitos Humanos, Defensoria Pública, ITERJ, MST, MSTS, MUP, CONCA, FAFERJ, FAMRIO Pastoral de Favelas; e a Câmara de Apoio Parlamentar formada por representantes de parlamentares que freqüentavam às reuniões e pelos próprios que se faziam presentes em atos e eventos e atuavam junto às instâncias governamentais de acordo com as necessidades das comunidades por meio de informações e solicitações do Conselho Popular.

As demandas que buscavam atender eram aquelas relacionadas ao direito à moradia, onde estava em questão a posse da terra. Assim, as comunidades que buscavam o seu apoio e por ele eram ouvidas e orientadas eram aquelas que estavam sob constante ameaça de despejos e remoções por não gozarem de nenhuma "segurança jurídica", como áreas remanescentes de vilas operárias, favelas, moradores de loteamentos abandonados, ocupações de áreas urbanas, áreas remanescentes de quilombos.

Assim, nesta dinâmica que reunia essas pessoas, a rede se formava, conectando indivíduos e grupos para promoverem ações que os mantivessem na posse de suas moradias em terras urbanas. Moradores ameaçados buscavam o apoio do Conselho conectando-se a uma rede

de movimentos que iria utilizar toda a sua diversidade para o empreendimento de ações variadas de modo a garantir-lhes a permanência em suas moradas.

O Conselho Popular foi criado por inspiração direta do advogado Miguel Baldez, que durante o governo de Leonel Brizola foi procurador do estado e esteve diretamente envolvido com a política de reconhecimento das moradias populares. Muitos dos membros do Conselho estiveram diretamente envolvidos no ano de 2006 na luta contra a desapropriação dos moradores do Alto da Boa Vista. Naquele episódio, foi concedida uma ordem judicial amparando a retirada dos moradores em nome da preservação do meio ambiente, a mobilização de vários atores políticos fez chegar à juíza a informação de que havia na região uma comunidade consolidada há bastante tempo e que de forma nenhuma ameaçava o meio ambiente local (LOURENÇO, 2008).

Foi no ano de 2007, no entanto, que o Conselho teve sua atuação de maior destaque. Naquele ano, em função da realização dos jogos pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro várias comunidades se viram ameaçadas de remoção. Dentre elas a comunidade do Canal do Anil, na região de Jacarepaguá, próxima a área em que estava prevista a construção da vila olímpica. Os membros do conselho decidiram impedir aquela remoção, a qual serviria como um marco na disputa pela cidade empreendida pelos moradores mais pobres.

Novamente em um trabalho em rede o Conselho ajudou a mobilizar a associação de moradores locais, várias entidades ligadas ao movimento pelo direito à moradia e também políticos do município. Desse modo, a prefeitura se viu forçada a recuar de sua intenção inicial de remover mais de 500 famílias do local, mas continuou tentando remover 40 casas.

No dia 1º de agosto, por volta das nove horas da manhã, uma equipe do Programa Morar sem Risco, da Secretaria Municipal de Habitação foi, pela manhã, até o Canal do Anil, acompanhada de dois caminhões com funcionários para demolir as casas desocupadas. Junto com o grupo, vinha também a tropa de choque da Guarda Municipal, armada com escudos, cassetetes e *spray* de pimenta e cerca de dez policiais militares.

Os moradores resistiram da forma que puderam, erguendo barricadas com pedras, pneus e troncos de árvores. A rede de apoio logo fora acionada e participantes de movimentos populares, parlamentares, e operadores do direito comprometidos com esta causa dirigiram-se para o local, a fim de tentar impedir as demolições. O clima ficou tenso. Os deputados Brizola Neto e Edson Santos entraram numa casa para impedir a sua demolição pelos funcionários. Dias depois, sairia no jornal O Globo uma reportagem responsabilizando os dois deputados pelo fracasso da ação da prefeitura sob o título: "Fita mostra deputados impedindo demolições – casas não puderam ser derrubadas"(O Globo, 18 de agosto de 2007, p. 17). A matéria acusava os parlamentares de obstruir o trabalho da prefeitura, apresentando claramente a posição do jornal favorável à remoção.

O jornal, no entanto, estava destacando um aspecto muito diminuto daquela mobilização, os políticos citados longe de liderarem o processo de mobilização foram atraídos para o mesmo pelos movimentos ligados ao Conselho Popular. Além disso, a vitória final só veio realmente com a decisão do juiz da Segunda Vara de Fazenda Pública concedendo uma liminar impedindo a remoção. O pedido de liminar havia sido feito por advogados ligados ao Conselho Popular.

O que estamos tentando destacar é que aqueles que buscam fazer a história recente do movimento social em defesa do direito à moradia dos favelados no Rio de Janeiro devem estar preparados para encontrar um movimento que assumiu um formato em rede e uma plasticidade que muitas vezes pode confundir o analista. Se as associações de moradores não desempenham mais seu papel clássico e algumas estão subsumidas ao tráfico, outras entidades, dos mais variados tipos podem substituí-las na tarefa de mobilização dos moradores. Se os partidos políticos não têm mais a penetração e organicidade necessárias para fazer o papel de centralizador das demandas populares, outras organizações, como o Conselho Popular, mesmo que de forma provisória e circunstancial, podem desempenhar essas funções.

O analista que puder olhar o movimento social dos favelados sem modelos preconcebidos que antecipam e hierarquizam os objetivos dos atores sociais encontrará no Rio de Janeiro recente uma

variedade rica e viva de movimentos sociais, que não deve ser confundida com uma fragmentação empobrecedora. Os moradores das favelas sabem hierarquizar suas próprias demandas e sabem que em situações de risco precisam buscar apoio nos mais variados setores da sociedade. Na sociedade, por sua vez, se muitos ainda estigmatizam a favela e demandam sua remoção outros grupos também estão prontos a colaborar com as demandas dos favelados. Criando, no Rio de Janeiro recente, um campo de disputas tanto pelas idéias quanto pelo espaço.

Referências

ARGILÉS, Ramón Adell & LÓPEZ, Miguel Martinez. (coord.) (2004) **¿Dónde están las llaves?** El Movimiento Okupa: Prácticas y Contextos Sociales. Madrid: Catarata, 2004.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. (1979) **Moradia do Pobre no Rio de Janeiro.** Caddernos de Pastoral nº 1.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. (1991) **Conselhos Populares e Usucapião Especial Urbano.** Petrópolis/RJ: CDDH/Petrópolis.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília** – Etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. **A utopia da comunidade** – Rio das Pedras, uma favela carioca. Rio de Janeiro: PUC – Rio: Loyola, 2002.

_____."Dos parques proletários ao Favela-Bairro" In: ZALUAR, Alba e. ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRUM, Mário. "Despertar e Incentivar!", A Pastoral de favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na redemocratização. In.: **Revista Cantareira,** Vol, 2, Número 3, Ano 3. 2005.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares:** Rio de Janeiro, 1886-1906. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In.: Dulce Chaves Pandolfi; Mario Grynszpan. (Org.). **A favela fala:** depoimentos ao CPDOC. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOHN, Maria da Glória. (2007) **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (1991) **Movimentos Sociais e lutas pela moradia.** São Paulo: Ed. Loyola

LOURENÇO, Ana Cristina de M. Pimentel. **"Daqui nós não saímos e daqui ninguém nos tira"** – Direito e ação coletiva no caso da remoção no Canal do Anil. Dissertação de Mestrado.139f. Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, 2008.

MELUCCI, Alberto. **Chalenging Codes** – Collective action in the information age. Cambridge University Press, 1996.

PANDOLFI, D.; GRYNSZPAN, M. Poder público e favelas: uma relação delicada. *In:* **Cidade:** história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

PERLMAN, Janice. **O Mito da Marginalidade** – Favelas e Política no Rio de Janeiro. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ROSA, Marcelo. **O engenho dos movimentos:** reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de doutorado, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras *in* DIAS, Leila Christina & SILVEIRA, Leandro Lima da. **Redes, Sociedades e Territórios.** 2ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SCOTT, James C., **Weapons of the Weak.** New Haven, Yale University Press, 1985.

SILVA, Luíz Antônio Machado da. A continuidade do "problema da favela". In: **Cidade:** história e desafios / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

_____. (Org.). **Vida sob cerco:** violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

SOUTO, Ana Luísa Movimentos Populares e suas Formas de Organização ligadas à Igreja. In. **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo, ANPOCS, 1983, nº 2, pp.63-95.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALLADARES, Licia do Prado. & MEDEIROS, Lidia. **Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000:** uma bibliografia analítica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj: Urbandata, 2003.

_____ A Gênese da Favela Carioca: A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** Vol. 15, nº 44, outubro/2000.

_____ (org.) (1983) **Repensando a Habitação no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (org.) (1981) **Habitação em Questão.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ **Passa-se uma Casa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALLA, Victor Vincent Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. In.: **Cad. Saúde Pública.** vol.1 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 1985.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. **Um Século de Favela.** 5ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

Artigo recebido em 06/12/2009 e aceito para publicação em 28/12/2009.